

EDITORIAL

Nº 16 - Fevereiro e Março de 2026

Prezados colegas da Advocacia-Geral da União,

A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União reafirma, nesta edição, seu compromisso com a promoção da integridade, da transparência e do fortalecimento da cultura ética institucional. Como instrumento de orientação e apoio aos membros e servidores, destaca-se a disponibilização do Guia da Ética, que reúne informações práticas sobre como realizar consultas à Comissão, acessar o Código de Ética e utilizar o ementário, facilitando a tomada de decisões alinhadas aos valores institucionais.

No âmbito interno, a Comissão avança no aprimoramento de sua estrutura e organização, com a instalação em nova sala, a designação de nova Secretária-Executiva e a consolidação de seu plano de trabalho, medidas que visam conferir maior eficiência às atividades de assessoramento, prevenção e apuração ética. Paralelamente, reforça-se a atuação em parcerias estratégicas, com participação em espaços relevantes como o Fórum das Estatais, a recepção de visita institucional da Comissão de Ética Pública e a presença na 54ª edição da Rede GIRC, ampliando o diálogo interinstitucional e o intercâmbio de boas práticas.

A atuação institucional também se fez presente em importantes eventos, como o Encontro Nacional de Gestão, a assinatura da portaria da Secretaria-Geral de Contencioso que institui a perspectiva de gênero na atuação jurídica da AGU, e a realização da roda de conversa “AGU com Elas: Políticas que fazem diferença para as mulheres”, evidenciando o engajamento da Comissão em pautas contemporâneas e relevantes. Por fim, esta edição traz entrevista exclusiva com a nova Secretária-Executiva, que compartilha suas perspectivas e diretrizes para o fortalecimento das ações da Comissão de Ética.

Boa leitura!

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

ESSE BOLETIM
APRESENTA

3 **GUIA DE ÉTICA**

4 **INFORMES**

5 **PARCERIAS ESTRATÉGICAS**

9 **EVENTOS**

11 **ENTREVISTA**

GUIA DE ÉTICA

NA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Você tem acesso ao sistema Super Sapiens?

A consulta pode ser realizada por meio da rede Super Sapiens, utilizando o Formulário de Consulta à Comissão de Ética da AGU sobre Conflito de Interesses (**Minuta – Id 774768**).

Você tem acesso à Intranet da Advocacia-Geral da União?

A consulta pode ser realizada por meio do formulário eletrônico disponibilizado na Intranet, no seguinte link:

[LINK](#)

Como acessar pela página da Internet?

Para realizar a consulta por meio do site da Advocacia-Geral da União, siga o passo a passo abaixo:

- I - Acesse a página oficial da AGU;
- II - No menu principal, selecione a opção “Composição”;
- III- Acesse a página da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União;
- IV- Clique na opção “Como consultar a Comissão”;
- V- Selecione o Formulário de Consulta à Comissão de Ética. e preencha as informações solicitadas.

COMO

CONSULTAR

A CEAGU?



ACESSE NOSSO CÓDIGO DE
ÉTICA



CONSULTE NOSSO
EMENTÁRIO NA INTRANET



COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU INAUGURA NOVO ESPAÇO INSTITUCIONAL

A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União informa que passou a funcionar em nova sala institucional, localizada no terceiro andar do Edifício Sede I, no Setor de Autarquias Sul – Quadra 3 – Lote 5/6, Ed. Multi Brasil Corporate, em Brasília. A mudança representa importante avanço na estrutura administrativa e no fortalecimento institucional da Comissão, proporcionando melhores condições para o desempenho de suas atribuições, atendimento ao público interno e realização de reuniões.

A nova instalação reforça o papel estratégico da Comissão de Ética no âmbito da Advocacia-Geral da União, conferindo maior visibilidade institucional, melhoria na organização dos processos de trabalho e aprimoramento do suporte às atividades de orientação, aconselhamento e apuração ética. O novo espaço também contribui para o fortalecimento das ações de promoção da integridade, prevenção de conflitos de interesses e disseminação de valores éticos no âmbito institucional, em consonância com as diretrizes da administração pública federal.

Localização: Sala 300, 3º andar, Edifício Sede I – Advocacia-Geral da União.



POSSE DA NOVA SECRETÁRIA EXECUTIVA DA COMISSÃO DE ÉTICA

Considerando a conclusão do Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de servidor para o exercício de função comissionada executiva, foi designada a nova Chefe da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética, **JOSABET DOURADO GUERRA**.

A nomeação fortalece a estrutura administrativa da Comissão, contribuindo para o aprimoramento das atividades de assessoramento, gestão processual, apoio às reuniões e ações educativas, no âmbito da promoção da ética pública na Advocacia-Geral da União.

A posse marca o início de nova etapa de organização e fortalecimento das atividades da Secretaria-Executiva, com foco na eficiência administrativa, na integridade pública e no apoio às atividades deliberativas da Comissão de Ética.

Confira a entrevista com a nova Secretária-Executiva na página 11.



APROVAÇÃO DO NOVO PLANO DE TRABALHO

A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União instituiu novo plano de trabalho alinhado ao Plano de Integridade, estruturado em eixos voltados ao fortalecimento da governança, capacitação institucional e promoção da ética. Entre as principais ações, destacam-se a elaboração de normativos e fluxos internos, a formação e articulação de representantes locais, a realização de iniciativas educativas e campanhas institucionais, bem como o incentivo à proteção do denunciante de boa-fé.

O plano também contempla o aprimoramento da comunicação institucional, com atualização de canais informativos e divulgação periódica de boletins, além da ampliação da atuação em eventos e parcerias estratégicas, visando à disseminação da cultura de integridade no âmbito institucional.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

FÓRUM DAS ESTATAIS - GOIÂNIA

O 182º Fórum Nacional das estatais aconteceu na cidade de Goiânia, sediado pela empresa pública CODEGO em comemoração aos seus 50 anos. A participação no fórum faz parte de um dos eixos do plano de trabalho da CEAGU, parcerias estratégicas, que diz respeito à sua participação em eventos externos com o intuito de fortalecer redes de apoio e trocar experiências com outras comissões.

A CODEGO passou por um período tenso de 2018 a 2020, noticiado nos jornais, em que empregados foram presos dentro da empresa. E, segundo o atual Superintendente jurídico, nesse período não havia uma política de Ética e Integridade. Após assumir a área jurídica, implantou medidas de integridade como: Advogados da CODEGO deveriam atender o público externo com a presença de outro empregado da empresa e nunca sozinho; quando um cidadão interessado procurasse a CODEGO, a demanda deveria obedecer determinado fluxo desenhado com cuidado, feito com base no planejamento do gerenciamento dos riscos potenciais contra a integridade. A partir dessas medidas de integridade, adotadas rigorosamente, a empresa deu a volta por cima, a Integridade e a segurança jurídica fazem parte da sua cultura organizacional, para a CODEGO, a sua reputação é um ativo.

Outro destaque do Fórum, foi a palestra magna com a Dra. Heloísa Helena, conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. A Dra. Heloísa tratou do tema: Governança, Integridade e Gestão de Riscos. "A governança é um mix de capacidades institucionais, relacionais e de desempenho, envolvem aptidão técnica, de comunicação e performance." "A governança precisa de estratégia e de recursos. E a integridade está dentro da estratégia."

Reflexão: O ato público realizado sem eficácia e sem eficiência foi devido à ineficiência mesmo ou foi por malícia do agente público? Exemplo: numa obra de construção de uma estrada, a estrada foi construída com um poste no meio dela. (fonte: mais de um caso verídico, encontrado no google, em estados diferentes aqui no Brasil)



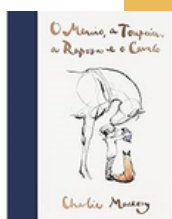
FOTO, FONTE: G1 - GLOBO

A Dra. Heloísa continua: "Só confiar no agente público não é o suficiente, por isso é preciso conjugar integridade com gestão de riscos." Ou seja, verificar, fiscalizar é fundamental na Administração Pública, pois maneja-se o bem público, recursos públicos.

Além do recurso mau gasto em obras materiais, há também o desperdício gasto no recurso humano no que diz respeito aos agentes públicos que não entregam as atividades acordadas, ou seja, para a Dra. Heloísa, "o agente público que não produz é um risco". Enfim, é preciso trabalhar a mentalidade e transformar a cultura organizacional para introduzir que: "Gestão de riscos deixa de ser uma orientação e passa a ser uma condição essencial para a legitimidade e integridade da atuação da administração pública."



Indicação de livro da Dra. Heloísa: "**O Menino, a Toupeira, a Raposa e o Cavalo**", de Charlie Mackesy. 243 SEMANAS NA LISTA DE MAIS VENDIDOS DO THE NEW YORK TIMES



"Um maravilhoso trabalho de arte e uma maravilhosa janela para o coração humano." – Richard Curtis

"O Menino, a Toupeira, a Raposa e o Cavalo não é apenas uma história instigante e digna de discussão, o livro em si é um objeto de arte." – The New York Times

VISITA DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

No dia 25 de março, a SECEAGU recebeu a ilustre visita institucional do secretário-executivo da Comissão de Ética Pública (CEP), Leonardo Câmara. Mais uma ação de integração do plano de trabalho da CEAGU, ao receber o órgão central da Gestão da Ética Pública, parceira fundamental para a execução dos trabalhos das comissões de ética setoriais. Foram tratados temas como a análise de conflito de interesses, momento em que a Presidente da CEAGU, Dra Mariana Montenegro, informou que foi criado um formulário detalhado sobre o assunto para que os agentes públicos da AGU façam a consulta informando o maior número possível de informações a respeito da atividade privada pleiteada, a fim de embasar de maneira mais precisa, a análise do colegiado. Esse formulário está disponível na internet e na intranet da AGU.

Leonardo também informou sobre projeto da CEP em andamento, referente à elaboração de minuta, revisando o texto do código de conduta da alta administração com a propositura de ser publicado via Decreto, visto que o atual código foi publicado por exposição de motivos, ato este que não é vinculante.

Informou também, que se encontra em andamento a elaboração de novas resoluções, sobre o rito processual e sobre o sistema de gestão da ética, à priori, com vistas a substituir a sua atual resolução 10/2008. Sugeriu inclusive, fazer uma parceria com a ESAGU para criar um curso de ética incluindo as novas resoluções. Por conseguinte, convidou a Presidente da CEAGU para participar de um painel em um evento que será promovido pela CEP no primeiro semestre deste ano, cujo convite foi aceito com alegria e satisfação, agradecendo a confiança e apreço por parte da CEP.



“A virtude moral é uma consequência do hábito. Nós nos tornamos o que fazemos repetidamente. Ou seja: nós nos tornamos justos ao praticarmos atos justos, controlados ao praticarmos atos de autocontrole, corajosos ao praticarmos atos de bravura.”

-Aristóteles



EDIÇÃO 54ª DA REDE GIRC

A 54ª edição da Rede Girc – Ouvidorias públicas “Em cada verso teu serei pra sempre ouvir”... aconteceu no dia 17/3/2026. A presidente da CEAGU, Dra. Mariana Montenegro, é uma das curadoras desse projeto que foi instituído em 19/8/2017.

A palestra da Dra. Valdirene Medeiros, Ouvidora-Geral da União foi excelente, ela tratou de vários pontos fundamentais que merecem ser discutidos e levados em consideração pelas ouvidorias públicas, porém, não temos espaço para trazer todas aqui para vocês, então, vamos apresentar alguns pontos como uma reflexão sobre o papel das ouvidorias públicas dentro do ciclo de integridade: “Entendemos a ouvidoria como espaço de melhoria da governança?” e “Como transformar a voz das pessoas em informações sobre riscos, integridade e controle social?” Dra. Valdirene pontuou que é preciso ter a “percepção de que a ouvidoria não é uma instância periférica, mas um pilar de governança: tem papel estruturante na construção de um Estado mais responsivo, transparente, íntegro e orientado às necessidades da sociedade.” Levantou a questão: “O que acontece quando o Estado realmente escuta?” Falou também da base de dados riquíssima que a ouvidoria possui através do Fala.BR, uma consultoria fornecida pelos cidadãos. Mas, o que a ouvidoria tem feito com esses dados? Indagou: “Quando uma manifestação chega à ouvidoria, o que ela representa na sua instituição: um incômodo ou um insumo estratégico?” A partir do momento que o gestor entende que o papel da ouvidoria na gestão de riscos e na proteção da integridade é um insumo estratégico no ciclo de administração pública, a manifestação do cidadão será vista com bons olhos.

A seguir, a palestrante Fernanda da Silveira Campos, Ouvidora do IBAMA, apresentou dados práticos do seu dia a dia, como a boa prática de a ouvidoria do IBAMA deixar de ser somente operacional para ter um papel fundamental nas decisões estratégicas. Ela realiza o monitoramento dos dados via painéis, faz uma análise estratégica para ações de melhoria através de um trabalho estruturado de monitoramento de alguns temas, assuntos recorrentes e tendências, indicação de padrões, evolução anômala, relevância de assuntos e sugestão de ações às áreas. Fernanda disse que: “Essa análise revela muito mais do que casos individuais/isolados, mas sim eventuais disfunções institucionais.” Dos resultados alcançados, destacaria: “abertura de procedimentos fiscalizatórios” e “campanhas de conscientização com instituições públicas e organizações civis, por exemplo: “se não é livre, eu não curto.”

E finalizando as apresentações, o palestrante José Eduardo Romão, Coordenador-Geral da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado (IPEA) em sua brilhante explanação, abordou 2 aspectos em relação à questão: como transformar a voz das ouvidorias públicas? O primeiro aspecto é a caracterização do círculo virtuoso da produção de informações qualificadas, associando-o ao ciclo do PDCA.

O segundo aspecto será a abordagem da Inteligência Artificial, no contexto de informações em excesso que necessitam de uma infraestrutura de planejamento para serem processadas e devolvidas para a sociedade. Eduardo comentou que é indispensável que a atuação das ouvidorias promovam a confiança nas instituições. E confiança não significa concordância, quem confia sugere, propõe, discorda, mas o cidadão confia que a sua sugestão e discordância será processada adequadamente pela aquela instituição. Resumindo, confiança institucional na percepção do usuário é quando os serviços são prestados adequadamente ao cidadão, as entregas de informar os cidadãos sobre seus direitos, apoiar a melhoria da gestão pública, proteger os denunciantes, monitorar as apurações são realizadas, alcançando os resultados de participação social nas decisões do Estado, os direitos dos cidadãos foram atendidos e protegidos, autoridades atuam com integridade e suas organizações públicas são íntegras. Tudo isso causa impactos altamente positivos: gera confiança nas instituições públicas, um Estado responsivo, eficiente e transparente, ações estatais justas e fundamentadas e credibilidade do sistema.

Não há êxito em integridade sem cooperação, replicou Romão, a informação que chega para a autoridade superior do órgão precisa estar integrada com todas as unidades do órgão. Esta segurança precisa ser oferecida à gestão, ou seja, as unidades internas não podem produzir informações que compitam entre si, pelo contrário, que produzam informações esclarecidas que terão relevância para a tomada de decisão. Por fim, falando sobre Inteligência Artificial, primeiramente compartilhou de uma experiência pessoal, de uma demanda que lhe foi proposta para resolução onde havia ocorrido um caso de “orgulho desproporcional” como segue: o chefe de uma pessoa preta a elogiou desproporcionalmente em público, sobre um relatório que ela fez e ela se sentiu não elogiada, ela se sentiu discriminada, era como se ele tivesse dito: “quem podia esperar que de uma menina preta, periférica pudesse se produzir algo tão bom como esse relatório”, porém quando o chefe foi interpelado ele disse: “meu Deus do céu, então quer dizer que eu não posso mais elogiar?” Romão disse que há um choque cultural relevante em demandas e que serão cada vez mais frequentes. A partir dessa experiência, Romão ficou convencido de que tinha de compor no chat GPT, criar comunidades de compartilhamento que não sejam apenas ou que não dependam apenas da nossa capacidade de diálogo e transformar a IA em guardiões de Integridade. A finalidade é qualificar essa IA para que ela traga informações respaldadas pelos princípios da ética, da conformidade, da integridade, da não discriminação, do respeito, para que a IA seja delimitada ao prompt, à forma como se pergunta.

Recomendamos a todos acessar o link dessa 54ª Rede Girc:

 LINK

ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO

Ética, cultura organizacional e liderança pública são debatidas em painel com participação da Comissão de Ética da AGU



(ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO - PAINEL B8: CULTURA ORGANIZACIONAL, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE - FOTO: FELIPE FERREIRA/ ASCOMAGU)

A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (CEAGU) participou do Painel B8 – Cultura organizacional, sustentabilidade e liderança pública, realizado no âmbito do encontro institucional da AGU. O painel reuniu especialistas para refletir sobre o papel dos valores institucionais na construção de organizações públicas sustentáveis e alinhadas aos princípios da integridade.

Representando a Comissão de Ética, a presidente Mariana Montenegro abordou o tema “Ética na AGU”, destacando a importância da ética institucional como elemento estruturante da cultura organizacional e da sustentabilidade das instituições públicas. A mediação do painel foi conduzida por Elisa Malafaia, da Secretaria-Geral de Administração (SGA), e contou também com a participação de Erasto Villa, da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), que tratou do tema “Valores que permanecem além das gestões”.

Durante sua exposição, Mariana Montenegro destacou que a sustentabilidade institucional depende da capacidade de a organização preservar sua coerência e credibilidade ao longo do tempo, independentemente das mudanças de gestão. Nesse contexto, ressaltou o papel da ética institucional na manutenção de uma cultura organizacional capaz de alinhar a diversidade de funções e carreiras da AGU a um mesmo compromisso com o interesse público. “A cultura organizacional é aquilo que permanece quando as circunstâncias mudam. A ética institucional é o que garante que a diversidade de funções e carreiras da AGU se mantenha alinhada a um mesmo compromisso público”, afirmou.

A presidente da CEAGU destacou ainda os avanços institucionais alcançados em 2025, especialmente a publicação do primeiro Código de Ética da AGU, que consolidou princípios, valores e regras de conduta aplicáveis a toda a instituição.

O documento representa um marco na institucionalização das práticas de integridade e no fortalecimento da governança ética.

Também foram apresentados dados do Relatório de Atividades da Comissão, que registrou 92 demandas analisadas em 2025, o maior volume da história do órgão, evidenciando o aumento da confiança institucional e da conscientização sobre questões éticas no âmbito da AGU.

Na ocasião, foi anunciada ainda a chegada da nova Secretária-Executiva da Comissão de Ética da AGU, Josabet Dourado Guerra, que passa a integrar a equipe responsável pelo apoio técnico e administrativo às atividades da CEAGU. A Secretária-Executiva desempenha papel estratégico na organização dos fluxos de trabalho, no acompanhamento dos processos e na articulação institucional das ações de promoção da integridade.

O painel também apresentou as perspectivas para 2026, entre elas o lançamento da campanha institucional “No Tom da Integridade”, iniciativa voltada a ampliar a comunicação sobre ética pública, uniformizar entendimentos e fortalecer a cultura de integridade em toda a AGU.

Ao encerrar sua participação, Mariana Montenegro destacou que a ética institucional constitui um dos pilares para a consolidação de instituições públicas sólidas e confiáveis. Segundo ela, a excelência técnica que caracteriza a atuação da AGU deve estar permanentemente acompanhada de valores como integridade, coerência e compromisso com o interesse público, fundamentos essenciais para a construção e a manutenção da confiança da sociedade na Advocacia Pública.

ASSINATURA DA PORTARIA SOBRE PERSPECTIVA DE GÊNERO DA SGCT/AGU

PORTARIA NORMATIVA SGCT/AGU N° 7, DE 9 DE MARÇO DE 2026

A Advocacia-Geral da União instituiu diretrizes para qualificar sua atuação no Supremo Tribunal Federal em processos que envolvam igualdade de gênero e direitos de mulheres e meninas. A medida, formalizada por norma interna da Secretaria-Geral de Contencioso, estabelece procedimentos de acompanhamento e padronização da atuação jurídica, com o objetivo de conferir maior consistência argumentativa e alinhamento às diretrizes constitucionais e aos compromissos internacionais de direitos humanos. A cerimônia de lançamento contou, ainda, com a presença da Presidente da Comissão de Ética.

A regulamentação adota a perspectiva de gênero na atuação processual, orientando a identificação de desigualdades estruturais, o enfrentamento de estereótipos e a prevenção de revitimização. A norma abrange casos relacionados a discriminação, violência, assédio e desigualdades no ambiente de trabalho, considerando também fatores interseccionais, e reforça o compromisso institucional com a promoção da igualdade material.



09/03/2026 - ASSINATURA DA PORTARIA DE ATUAÇÃO SOBRE A PERSPECTIVA DE GÊNERO DA SGCT/AGU.
FOTO: DANIEL ESTEVÃO/ASCOMAGU.

Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece diretrizes, procedimentos e mecanismos de monitoramento para a atuação processual estratégica com perspectiva de gênero na Secretaria-Geral de Contencioso, com a finalidade de promover a qualificação da atuação institucional em processos judiciais relacionados à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres e meninas, no contexto da promoção da igualdade material.



09/03/2026 - ASSINATURA DA PORTARIA DE ATUAÇÃO SOBRE A PERSPECTIVA DE GÊNERO DA SGCT/AGU.
FOTO: DANIEL ESTEVÃO/ASCOMAGU.

RODA DE CONVERSA “AGU COM ELAS: POLÍTICAS QUE FAZEM DIFERENÇA PARA AS MULHERES”

No dia 20 de março de 2026, foi realizada a roda de conversa “AGU com Elas: Políticas que fazem diferença para as mulheres”, promovida pela Assessoria Especial de Diversidade e Inclusão (AEDI), com apoio da Secretaria-Geral de Administração (SGA) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no âmbito da campanha institucional “AGU com Elas – Todos por Elas no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”.

O encontro reuniu mulheres que ocupam posições de liderança na Advocacia-Geral da União, proporcionando um espaço de diálogo qualificado sobre políticas institucionais voltadas à promoção da igualdade de gênero, ao enfrentamento das violências e ao fortalecimento de uma cultura organizacional mais inclusiva.

Participaram da roda de conversa representantes de diferentes áreas da instituição, que compartilharam experiências, desafios e iniciativas em curso, evidenciando o papel estratégico da liderança feminina na consolidação de ambientes de trabalho mais equitativos e respeitosos.

Nesse contexto, a Comissão de Ética da AGU esteve representada por sua Presidente, que destacou o papel da ética institucional como eixo estruturante das políticas de diversidade, inclusão e enfrentamento às violências no ambiente de trabalho.

Em sua fala, foi enfatizado que a ética pública transcende o cumprimento formal de normas, abrangendo também os valores, comportamentos e práticas que orientam as relações interpessoais no âmbito institucional. Ressaltou-se que temas como gênero, diversidade e inclusão integram, de forma indissociável, o campo da ética institucional.

Como marco relevante dessa atuação, foi destacada a elaboração do primeiro Código de Ética da Advocacia-Geral da União, que incorporou, de forma expressa, o compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho saudável e livre de qualquer forma de violência, assédio e discriminação. O Código também consagra, entre seus princípios, a cultura de paz e não violência, a diversidade e inclusão, e a promoção da saúde e bem-estar no trabalho.

A participação da Comissão de Ética também evidenciou a articulação com o Comitê de Combate ao Assédio Moral, reforçando a importância de abordagens institucionais integradas para a prevenção e o enfrentamento de condutas que violem a dignidade das pessoas no ambiente de trabalho.

Adicionalmente, foi ressaltado o significado institucional da presença feminina em espaços de liderança, sendo destacado o fato de a atual gestão contar, pela primeira vez, com uma mulher na presidência da Comissão de Ética da AGU — elemento que simboliza avanços na promoção da equidade de gênero na instituição.

A roda de conversa reafirmou o compromisso da Advocacia-Geral da União com a construção de um ambiente institucional pautado pelo respeito, pela inclusão e pela integridade, evidenciando que políticas voltadas às mulheres produzem impactos concretos não apenas em suas trajetórias profissionais, mas na qualidade das relações e na efetividade do serviço público prestado à sociedade.



AGU COM ELAS - TODOS POR TODAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
FOTO: DANIEL ESTEVÃO/ ASCOMAGU

ENTREVISTA

NESTA EDIÇÃO, O BOLETIM DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO TRAZ UMA ENTREVISTA ESPECIAL COM A NOVA SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, JOSABET DOURADO GUERRA, QUE COMPARTILHA REFLEXÕES SOBRE SUA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E SUA EXPERIÊNCIA NA GESTÃO DA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.



ENTREVISTADA: JOSABET DOURADO GUERRA – SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.

Mestra em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e bacharel em Administração de Empresas pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), Josabet iniciou sua trajetória profissional na iniciativa privada, atuando na área de tecnologia da informação, onde desenvolveu atividades voltadas à gestão administrativa e comercial.

Desde 2010 no serviço público federal, construiu sólida experiência na área de ética pública, atuando como secretária-executiva em comissões de ética de diferentes ministérios, com destaque para o Ministério da Economia. Sua trajetória é marcada pela atuação na orientação de servidores, na análise de consultas e processos éticos e na promoção de ações educativas voltadas ao fortalecimento da cultura de integridade na administração pública.

A seguir, confira a entrevista, na qual a servidora aborda os desafios, avanços e perspectivas para o fortalecimento da cultura de integridade na administração pública.

1. A senhora possui ampla experiência na gestão da ética no serviço público, tendo atuado como secretária-executiva em diferentes comissões de ética da Administração Pública Federal. De que forma essa trajetória contribui para sua atuação na Comissão de Ética da AGU?

Na minha percepção, de maneira prática, posso ajudar nos fluxos dos processos éticos e das consultas sobre conflito de interesses, na promoção e difusão de conteúdo de temas da seara da ética e integridade, no acolhimento de agentes públicos da casa para sanar dúvidas dos normativos éticos, conflito de interesses, hospitalidade etc. Dentro da difusão, tenho experiência com certas ações que deram resultado em outros órgãos, mas não vou contar agora senão perde a graça, rsrsrs. Também gosto do trabalho da prevenção do assédio moral, através da mediação dos conflitos interpessoais no trabalho. Fico animada com a ideia de recrutar um ponto focal em cada AGU nos estados para levar as ações da ética e da integridade para mais perto dos estados. É o resumo prático do que podemos trabalhar.

2. Ao longo de sua carreira, a senhora acompanhou a evolução das políticas de ética e integridade no setor público. Em sua avaliação, quais foram os principais avanços nessa agenda nos últimos anos?

Acho que tivemos avanços após a obrigatoriedade de cada órgão instituir um Plano de Integridade, pois este, conseguiu envolver a alta administração na maioria dos órgãos do Poder Executivo Federal. Vi o número de eventos sobre o tema aumentar gradativamente. É claro, que após a pandemia, aprendemos a promover eventos on-line, o que facilitou o acesso aos palestrantes e ao público-alvo. E isso também contribuiu para o aumento destes eventos.

3. A função de secretária-executiva de uma Comissão de Ética envolve atribuições técnicas, administrativas e de orientação institucional. Quais são, em sua experiência, os principais desafios dessa atuação?

ENTREVISTA

Manter-se atualizado das alterações de normativos do tema, deliberações da CEP e se inteirar de boas práticas de outras Comissões de Ética.

4. A Comissão de Ética da AGU tem buscado fortalecer sua atuação preventiva e pedagógica. Como a secretaria-executiva pode contribuir para ampliar a orientação e a disseminação de boas práticas de integridade?

O básico feijão com arroz que é promover eventos on-line, presencial e híbrido sobre o tema. Mas, particularmente, tenho aquela ideia que não quero falar para não perder a graça da estreia, digamos assim, rrsrs.

Quem sabe, criar vídeos curtos, entrar na onda do "tik tok" rrsrs. Algo de meio minuto, no máximo 1 minuto.

5. A senhora possui formação acadêmica em Administração Pública. De que forma essa formação contribui para a compreensão dos desafios relacionados à ética, à governança e à integridade nas instituições públicas?

Estudar um pouco sobre políticas públicas, ampliou minha visão sobre ser servidor público. Realizar minha pesquisa sobre o assédio moral no trabalho, entrevistando mais de 20 servidores federais com sequelas até hoje decorrentes do assédio, me trouxe um pouco mais de compreensão de como o "simples" comportamento ético tornaria a vida das pessoas saudável, mais leve e feliz. A AGU é feita de pessoas, pessoas saudáveis produzem e é sabido que pessoas felizes produzem com uma qualidade diferenciada.

6. Em sua experiência, quais são os temas que mais geram dúvidas ou consultas no âmbito da ética pública?

Consultas sobre exercer atividade de dar aulas em cursinho para concurso, fazer lives ao vivo ou gravadas, fazer parte de conselhos, ser perito, cumprir mandato em sindicatos, no âmbito de conflito de interesses.

Dúvidas sobre viagens a serviço, pode ou não receber hospitalidade privada? Pode receber brindes e presentes, de qual valor?

7. Na sua avaliação, qual é o papel das comissões de ética na consolidação de uma cultura institucional baseada na integridade e na responsabilidade pública?

Muito importante. A Comissão de Ética é o coração da ética dentro do órgão. Ela que corre atrás da causa ética, tanto para promover eventos educativos, de capacitação como para propor acordos de conduta sejam expressos ou não. Acordos estes, como já citei, podem evitar um caso de assédio moral no trabalho.

8. A AGU tem avançado em iniciativas voltadas à integridade institucional, como a divulgação do Código de Ética e a realização de ações educativas. Qual a relevância dessas iniciativas para o fortalecimento da governança pública?

O Decreto 9.203/2017 conceitua Governança: é um "creme" de ferramentas de liderança, estratégia e controle do que a administração pública faz para que entregue as políticas públicas e preste os serviços públicos que realmente a sociedade precisa e que resolva os seus problemas. E Integridade, confiabilidade, transparência e accountability são princípios da Governança, que para mim, sofrem, diretamente, influência do comportamento, da atitude ética, íntegra ou não dos agentes públicos envolvidos nessa Governança.

Mensagem final

9. Para finalizar, que mensagem a senhora gostaria de deixar aos membros, servidores e colaboradores da AGU sobre a importância da ética no exercício das funções públicas?

Não tenha vergonha de ser ético ao exercer as suas atividades na AGU.

Não tenha vergonha de ser um agente público íntegro.



DICA DE FILME

EFEITO BORBOLETA (2004)

Como suas ações interferem no mundo e na vida dos outros? O que você faria se pudesse voltar no tempo e mudar as coisas que fez? As suas escolhas tem consequências para você e os outros e quão ético as pessoas são ao fazer essas escolhas?



EXPEDIENTE

Boletim Informativo produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Edição 16 – Fevereiro e Março de 2026
Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União
Mariana Cruz Montenegro (Presidente)
Priscila Cunha do Nascimento (titular)
Talius de Oliveira Vasconcelos (titular)
Micheline Silveira Forte (suplente)
Raquel Barbosa de Albuquerque (suplente)
Pedro Henrique Peixoto Leal (suplente)

Secretaria-Executiva
Josabet Dourado Guerra (Secretária-Executiva)
Paulo Sérgio Ribeiro (Secretário-Executivo Substituto)
Flávio Sales Ferreira (Apoio Técnico Especializado)
Ariane Gonçalves Morato (Apoio Técnico Especializado)
Wesley França Brito (Técnico em Secretariado)